



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 2018, DE 2021

Informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente sobre o Fundo Amazônia e as providências que estão sendo tomadas para o combate ao desmatamento e às queimadas na Floresta Amazônica.

AUTORIA: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jader Barbalho

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, informações sobre o Fundo Amazônia e as providências que estão sendo tomadas para o combate ao desmatamento e às queimadas na Floresta Amazônica.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, informações sobre o Fundo Amazônia e as providências que estão sendo tomadas para o combate ao desmatamento e às queimadas na Floresta Amazônica.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais ações e providências estão sendo tomadas para a retomada do Fundo Amazônia?
2. Quais as ações concretas que estão sendo tomadas para conter o desmatamento desenfreado e, ao que tudo indica, criminoso, na Amazônia?
3. Quais as providências legais que estão sendo tomadas para punir os responsáveis pelo desmatamento ilegal?
4. Quanto do orçamento público está destinado para o combate às queimadas e ao desmatamento na Amazônia?



SF/21043.92798-31 (LexEdit)

5. Qual a estimativa de gastos para o combate ao desmatamento e às queimadas?
6. Quando terá início a execução de um plano concreto e robusto para evitar a devastação completa da Amazônia?

JUSTIFICAÇÃO

No início do atual governo, o Brasil possuía mais de R\$ 2,9 bilhões no Fundo Amazônia, que está suspenso desde 2019, após o ex-Ministro Ricardo Salles insinuar que utilizaria os recursos para o pagamento de indenização de terras a posseiros e grileiros.

Além disso, todas as ações que o Ministério, comandado na época por Ricardo Salles, adotou até a sua saída do governo, foram no sentido de enfraquecer e deslegitimar os órgãos de Meio Ambiente, diminuindo o orçamento, reduzindo o quadro de funcionários e desqualificando as ações dos servidores.

A retrograda política de preservação ambiental deste governo resultou, lamentavelmente, na maior taxa de desmatamento na Amazônia em dez anos para o mês de março, segundo dados do Instituto Imazon. A Amazônia perdeu 810 quilômetros quadrados de floresta em março deste ano. Para se ter uma dimensão do estrago, o tamanho da área devastada é um pouco maior que a cidade de Goiânia. O desmatamento aumentou 216% em relação a março de 2020.

Em agosto deste ano, dados divulgados pelo Programa de Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostraram 28.060 focos de queimadas na Amazônia.

O número está acima da média histórica e é o terceiro maior índice para o mês desde 2010, perdendo apenas para 2019 e 2020.



Ainda considerando o período de 2021 na Amazônia, apenas em maio os focos registrados foram superiores ao total do mesmo mês do ano passado: 1.166 contra 829. Os números verificados nos oito meses do ano até aqui são inferiores às médias considerados pelo Inpe na série histórica desde 1998. A exceção ficou também por conta de maio, mês para o qual a média é de 1007 focos e foi superada.

Os dados são alarmantes e comprovam que o fogo na Amazônia, causado pela ação humana, já afetou nos últimos 20 anos:

- o habitat de 85,2% das espécies de plantas e animais ameaçados de extinção;
- 64% do habitat de espécies não ameaçadas de extinção;
- 53 das 55 espécies de mamíferos ameaçadas de extinção;
- 5 das 9 espécies de répteis ameaçadas de extinção;
- 95 das 107 espécies de anfíbios ameaçadas de extinção;
- e 236 das 264 espécies de plantas ameaçadas de extinção.
- 190 mil km² da floresta amazônica queimaram entre 2001 e 2019 (cerca de 20 mil campos de futebol destruídos pelo fogo em 18 anos) e que a cada novos 10 mil km² de área queimada, até 40 espécies a mais podem ser prejudicadas.
- o ponto em que a biodiversidade foi mais afetada está no Brasil, na região conhecida como Arco do Desmatamento, uma área de 500 mil km² que vai do leste e sul do Pará em direção ao oeste, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre.
- existe relação direta entre o desmatamento e as queimadas na Amazônia. Formada por uma vegetação alta, úmida e densa, os incêndios não são naturais no bioma, mas causados pela ação humana, que usa o fogo como estratégia de "limpeza" do solo que foi desmatado para posteriormente ser usado na pecuária ou no plantio. É o chamado "ciclo de desmatamento da Amazônia".

Entretanto, quero me ater, mais especificamente ao Fundo Amazônia, motivado, sobretudo pela inapropriada estratégia do governo federal de focar o discurso frente às principais lideranças mundiais, durante a realização da Cúpula do Clima, realizada há pouco tempo, na “necessidade de recursos para manter a preservação da Amazônia”.

No discurso lido na Cúpula de Líderes sobre o Clima, o presidente Jair Bolsonaro prometeu duplicar os recursos para a fiscalização ambiental e fez um apelo por contribuições internacionais, afirmando que o país “precisa de US\$ 1 bilhão para diminuir o desmatamento no curto prazo”.

Ora, se precisam de recurso internacionais, por qual razão o ex-ministro Salles cometeu a proeza de dismantelar o acordo bilionário do Fundo Amazônia com Noruega e Alemanha, em nome da soberania supostamente ameaçada?

Perdemos recursos dos principais doadores e mantemos R\$ 2,9 bilhões bloqueados no Fundo por desacordo entre o Brasil, a Noruega e a Alemanha. Então me pergunto: para que mais recursos? Qual país vai acreditar em um governo que muda as regras de acordos de forma unilateral e que hoje, um dia após prometer mais verba para fiscalização ambiental na Cúpula de Líderes sobre o Clima, o presidente Jair Bolsonaro, ao sancionar o orçamento, cortou quase R\$240 milhões do Ministério do Meio Ambiente para as áreas relacionadas a mudanças do clima, controle de incêndios florestais e fomento a projetos de conservação do meio ambiente?

Vale aqui lembrar, ainda, que cientistas alertam para o processo de savanização da Floresta Amazônica, que já vem ocorrendo em diversas áreas do Mato Grosso, Rondônia e sudeste do Pará, que é a transformação do bioma amazônico em savana (cerrado).



O colapso da Floresta Amazônica tem o efeito de reduzir drasticamente a precipitação pluviométrica da região Sudeste do Brasil, o que já vem acontecendo, inaugurando uma nova frente de desertificação no país.

Devido à inércia e às políticas errôneas e desastrosas do governo federal com relação à preservação da Floresta Amazônica, o governo do Estado do Pará implementou a operação Amazônia Viva.

Já foram realizadas 15 (quinze) operações, sendo a última com início no dia 9 de agosto, em municípios do sul, sudoeste e sudeste do Pará, constantes da lista dos que mais desmatam na região no estado.

A operação, coordenada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Semas, faz parte da Força Estadual de Combate ao Desmatamento, dentro da macroestratégia do governo estadual Amazônia Agora, que objetiva a redução da emissão de gases de efeito estufa no Pará. Também participaram da ação, Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros e Centro de Perícias Científicas Renato Chaves.

Os integrantes da equipe constataram in loco, com apoio de imagens de satélites fornecidas pela Semas (CIMAM), 6.482 hectares de áreas desmatadas e apreenderam 771,9 metros cúbicos (m³) de madeira nativa em tora e 13,5 m³ serrada. Os fiscais também destruíram quatro acampamentos, que serviam de base para as atividades ilícitas de exploração florestal.

Entre os maquinários e equipamentos apreendidos constam duas pás carregadeiras com garfos, um trator de pneu, dois tratores esteira, quatro caminhões, 17 motosserras, três contêineres com combustível de mil litros e 1.210 litros de combustível, um gerador, três correntões e três sopradores.

Os processos administrativos lavrados nesse período incluem 17 autos de infração, 19 termos de apreensão, oito termos de depósito, seis de embargo, e cinco de inutilização e destruição.



Os dados acima mais do que justificam a necessidade de enviar o presente requerimento ao atual Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, solicitando informações sobre o Fundo Amazônia e as providências que estão sendo tomadas para o combate ao desmatamento e às queimadas na Floresta Amazônica, sob pena de perdermos, em poucos anos, o nosso maior patrimônio.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2021.

Senador Jader Barbalho
(MDB - PA)



SF/21043.92798-31 (LexEdit)